

nº 506/2020 – CSDP, que trata de consulta sobre conflitos de atribuição, suspeição e impedimentos em atuações patrocinadas por Defensores Públicos em situação de conjugalidade; CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública na 227ª sessão ordinária, realizada no dia 04 de outubro de 2021; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar enunciado para casos de atuação de Defensores Públicos em situação de conjugalidade, com a seguinte redação:

ENUNCIADO Nº 01/CSDP (EN-CSDP Nº 01/2021)

Não há impedimento ou suspeição quando cônjuges defensores públicos atuem no polo ativo ou passivo de assistidos, ainda que defendendo teses divergentes. Recomenda-se que havendo possibilidade e disponibilidade de defensores públicos, é preferível que cônjuges não atuem no mesmo processo.

No caso de atuação de cônjuges no mesmo processo, ao assistido será resguardado o direito à informação sobre o direito à RECUSA de que trata do artigo 6º da Resolução CSDP nº 153/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

CESAR AUGUSTO ASSAD

Corregedor-Geral

Membro Nato

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Membro Titular

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

Membro Titular

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

DOMINGOS LOPES PEREIRA

Membro Titular

RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

Protocolo: 724750

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação federal: Lei Complementar nº 080/94, com as devidas alterações da Lei Complementar nº 132/09, e da Lei Estadual nº 054/06, vêm perante os autos acolher na íntegra a decisão da Comissão Especial de Licitação, adotando-a como razão para ADJUDICAR e HOMOLOGAR o certame licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 01/2021, referente ao Processo nº 2021/404224, o qual refere-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ONDE FUNCIONARÁ A NOVA SEDE DO NÚCLEO REGIONAL DO GUAMÁ DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, EM CASTANHAL, tendo como vencedora a empresa:

PLANALTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº 06.072.499/0001-29, com a proposta global no valor de R\$ 2.028.876,45 (dois milhões, vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). Belém, 03 de novembro de 2021.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO - Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 724304

HOMOLOGAÇÃO

No dia 05 de novembro de 2021, depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Defensor Público Geral do Estado do Pará, HOMOLOGA a adjudicação referente ao PROCESSO Nº: 2021/1048645, Pregão Eletrônico nº 20/2021-DPE/PA, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de 01 (um) VEÍCULO PESADO/CAVALO MECÂNICO, por quilometragem, com no máximo 10 anos de fabricação, com fornecimento de mão de obra (motorista), combustível, manutenções preventivas e corretivas, destinado ao transporte de um semirreboque nas ações do Programa Balcão de Direitos, de forma itinerante, de acordo com as especificações e quantidades determinadas no Edital e seus anexos, tendo como vencedora do certame a empresa:

- TRUCKVAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (05.142.588/0001-31), venceu o Item: 1, pelo valor global de R\$ 1.359.800,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos reais).

Belém/PA, 05 de novembro de 2021.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 724737

PORTARIA Nº 598/2021 - GGP/DPG DE 04/11/2021

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9º, V, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006; considerando o Processo nº 2021/1224058 – DEFPUB, de 26/10/2021. RESOLVE: Conceder 08 (oito) dias de afastamento para fins de Licença Casamento (Gala), ao Servidor Público MARCOS ANTONIO RABELO BARBOSA, matrícula nº 57194070, conforme o art. 72; II, da Lei 5.810/94, para gozar no período de 26/10/2021 a 02/11/2021.

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 724717

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação federal: Lei Complementar nº 080/94, com as devidas alterações da Lei Complementar nº 132/09, e da Lei Estadual nº 054/06, vêm perante os autos acolher na íntegra a decisão do pregoeiro Eduardo Tathuhiro Nakata, adotando-a como razão para ADJUDICAR e HOMOLOGAR o GRUPO 01 e, HOMOLOGAR o ITEM 03 do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2021-SRP, referente ao Processo nº 2021/144281, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continuada com mão de obra exclusiva para os cargos de: Recepcionista e Secretário Nível Médio I, conforme especificações e quantidades previstas no termo de referência, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Pará, tendo como vencedoras as empresas, conforme abaixo:

- GRUPO 01: STYLE PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 26.906.920/0001-67, venceu o GRUPO 01, pelo valor global de R\$ 3.587.185,44 (três milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

- ITEM 03: BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ nº 83.339.556/0001-34, pelo valor global de R\$ 66.068,40 (sessenta e seis mil, sessenta e oito reais e quarenta centavos).

Belém, 04 de novembro de 2021.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 724773

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/TJPA/2021

OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento, instalação e manutenção de persianas para atender aos prédios do Tribunal de Justiça do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

SESSÃO PÚBLICA: 19/11/2021, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico <http://comprasgovernamentais.gov.br>. UASG do TJ/PA: 925942. Edital disponível em: <http://comprasgovernamentais.gov.br> e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3206, (91) 3205-3184 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.

Belém, 04 de novembro de 2021.

Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 724752

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 002/TJPA/2021

OBJETO: O objeto do presente Leilão é a Alienação de embarcações disponíveis, originárias das comarcas de Afuá, Alenquer, Almeirim, Anajás, Breves, Cametá, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Portel, Prainha, Santarém, São Sebastião da Boa Vista, Terra Santa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

SESSÃO PÚBLICA: 25/11/2021, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.leilaoaip.com.br

Edital disponível em: <http://www.leilaoaip.com.br> e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3206, (91) 3205-3184 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.

Belém, 04 de novembro de 2021.

Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 724107

APOSTILAMENTO

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 023/2021 -

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, em exercício, ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade nº. 4543917/SEGUP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.021.352-00, designado pela PORTARIA nº. 3759/2021-GP, de 28 de outubro de 2021, publicada no Diário de Justiça do dia 03 de novembro de 2021, vem atualizar o endereço da Empresa Cantão Vigilância e Segurança LTDA-EPP no Contrato nº 034/2020, com fundamento legal no Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93 e alterações.